CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Conferida, numerada e datada nesta Secretaria de Administração, na forma regulamentar.

Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Floresta-PE, mediante afixação no local de costume, em 04/12/15.

ROSANGELA DE MOURA MANÇOBA NOVAES FERRAZ

Lei Nº 617/2015.

Ementa: Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA – de Floresta/PE, institui o seu Conselho Gestor e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Floresta, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ora sanciona:

Art.1º. Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA – em conformidade com as disposições desta Lei.

Parágrafo Único – O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, vinculado a Secretaria Municipal de Produção Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à proteção, recuperação e conservação do meio ambiente no Município de Floresta/PE, além de proporcionar melhor estruturação para s Secretaria Municipal de Produção Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Meio Ambiente será constituído pelos seguintes recursos:

I – dotações consignadas no orçamento municipal para a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

II – recursos estaduais e federais para o desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e da política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

III – recursos oriundos da celebração de acordos, contratos, consórcios e convênios;

IV – recursos oriundos da arrecadação de multas e seus acessórios, previstos na legislação ou oriundos de decisão judicial, de termos de ajuste de conduta ou similares, num percentual de 80%;

V – recursos oriundos de promoções com finalidades específicas de aplicação em ações ligadas ao meio ambiente;

VI – doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

VII – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicação de capitais;

VIII – taxas de licenciamento ambiental, desde que a licença seja de responsabilidade do Município;

IX – outros recursos que, por sua natureza possam ser destinados ao FMMA.

§ 1º. As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade.

§3º. O saldo financeiro positivo do Fundo Municipal de Meio Ambiente, apurado ao final de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Capítulo II
Da Administração do Fundo

Art. 3º. O Fundo Municipal de Meio Ambiente será gerido e administrado pela Secretaria Municipal de Produção Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e movimentado pela Secretaria de Finanças, com a supervisão do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§1º .As contas e os relatórios do Fundo Municipal de Meio Ambiente serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§2º. A aprovação das contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente não exclui a fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Capítulo III
Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 4º. Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente serão destinados a:

I – Financiar total ou parcialmente programas, projetos, ações e serviços desenvolvidos para a execução da política ambiental de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

II – Atender às diretrizes metas contempladas nas leis municipais que versem sobre a política ambiental de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, inclusive o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo;

III – Adquirir equipamentos ou implementos necessários quando inseridos em projetos e programas para o desenvolvimento de ações de assistência, proteção, preservação e recuperação do Meio Ambiente;

IV – Desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos de gestão e planejamento, administração e controle das ações inerentes à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

V – Proporcionar eficiente aplicação das leis federais, estaduais e municipais que estabeleçam disposições inerentes à política ambiental.

§1º. Os recursos serão aplicados em projetos e ações aprovados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§2º. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com o apoio técnico dos órgãos ambientais, dos entes federados, poderá propor ao Poder Executivo a liberação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente para atendimento de situações emergenciais e de calamidade pública.

Capítulo IV
Das Disposições Gerais e Finais

Art. 5º. Os responsáveis pelos projetos ou atividades beneficiados com recursos deste Fundo deverão prestar contas nos termos da legislação vigente.

Art. 6º. Os recursos decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos remanejamentos indispensáveis à sua execução, inclusive mediante a abertura de crédito adicional especial, nos termos do art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Floresta (PE), em 04 de dezembro de 2015.

Rosangela de Moura Maniçoba Novaes Ferraz
Prefeita Municipal